

# O Protagonismo da mulher Tremembé de outrora para o advento do Cuiambá na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) de Sobral/CE

The Role of Tremembé Wome in the advent of Cuiambá at the Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) in Sobral/Ce

El protagonismo de la mujer Tremembé de antaño para la llegada de Cuiambá en la Universidad Estadual Vale do Acaraú (UVA), en Sobral/CE

Maria do Socorro Sousa e Silva  

Instituição

Anna Vivianne Silva de Sousa  

Instituição

## Resumo

Este trabalho trata sobre o protagonismo de duas mulheres Tremembé, as quais tiveram muita relevância no processo de luta e conquista para a educação deste povo originário, localizado na Aldeia de Almofala no estado do Ceará. Nesse contexto, a conquista do Curso de Pedagogia Magistério Intercultural Tremembé, chancelado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), situado no Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR). Sobretudo rompendo com o paradigma de um pensamento abissal moderno que ainda persiste em desconsiderar seus conhecimentos, saberes e práticas, pois historicamente a mulher indígena é considerada um ser humano inferior e subalternizado. Os procedimentos metodológicos seguiram de observação participante com anotações no diário de campo, entrevista, leituras e roda de conversas com os Tremembé. A fundamentação teórica se baseia em Santos (2007), Haesbaert (2004), Walsh (2015), entre outros. Portanto, as duas mulheres Tremembé, Conceição Moura e Raimunda Marquês, protagonizaram a educação em suas comunidades de origem, e mesmo diante de vários obstáculos demonstraram bravura ao superarem desafios e conquistarem a educação para seu povo, e em particular, esse curso específico denominado pelos indígenas de Cuiambá, repleto de suas singularidades. Por isso, essas mulheres são construtoras de conhecimentos, saberes e práticas que culminam para a construção de seu protagonismo de mulher Tremembé, na aldeia e na sociedade.

**Palavras-chave:** Mulher Tremembé. Protagonismo. Educação.

## Abstract

This work was carried out on the protagonism of two Tremembé women, who played a very important role in the process of struggle and conquest for the education of this original people, located in the village of Almofala in the state of Ceará. Thus, the conquest of the Tremembé Intercultural Teaching Pedagogy Course, endorsed by the Vale do Acaraú State University (UVA), located in the National Basic Education Teacher Training Plan (PARFOR). Above all, breaking with the paradigm of modern abyssal thinking that still persists in disregarding their knowledge, know-how and practices, considering indigenous women to be inferior and subordinate human beings. The methodological procedures consisted of participant observation with notes in a field diary, interviews, readings and discussions with the Tremembé. The theoretical basis is based on Santos (2007), Haesbaert (2004), Walsh (2015), among others. Therefore, the two Tremembé women, Conceição Moura and Raimunda Marquês, were the protagonists of education in their communities of origin. Even in the face of various obstacles, they showed bravery in overcoming challenges and conquering education for their people, and in particular this specific course called Cuiambá by the indigenous people, which is full of their singularities. For this reason, these women are builders of knowledge, know-how and practices that culminate in the construction of their leading role as Tremembé women, in the village and in society.

**Keywords:** Tremembé women. Protagonism. Education.

## Resumen

Este trabajo se realizó a partir del protagonismo de dos mujeres Tremembé, quienes fueron muy relevantes en el proceso de lucha y conquista por la educación de este pueblo indígena, ubicado en la Aldeia de Almofala en el estado de Ceará. En este contexto, destaca la realización del Curso de Pedagogía Docente Intercultural Tremembé, avalado por



la Universidad Estadual Vale do Acaraú (UVA), ubicado en el Plan Nacional de Formación de Profesores de Educación Básica (PARFOR). Sobre todo, rompiendo con el paradigma de un abismal pensamiento moderno que aún persiste en desconocer sus saberes, sabidurías y prácticas, pues históricamente las mujeres indígenas son consideradas seres humanos inferiores y subordinados. Los procedimientos metodológicos siguieron la observación participante con anotaciones en el diario de campo, entrevistas, lecturas y mesas redondas con los Tremembé. La fundamentación teórica se basa en Santos (2007), Haesbaert (2004), Walsh (2015), entre otros. Por eso, las dos mujeres Tremembé, Conceição Moura y Raimunda Marquês, lideraron la educación en sus comunidades de origen, aún frente a varios obstáculos, demostraron valentía al superar los desafíos y lograr la educación para su pueblo, y en particular este curso específico convocado por el pueblo indígena de Cuiambá, lleno de sus singularidades. Por tanto, estas mujeres son constructoras de conocimientos, saberes y prácticas que culminan en la construcción de su protagonismo como mujer Tremembé, en el pueblo y en la sociedad.

**Palabras clave:** Mujer Tremembé. Protagonismo. Educación.

## 1. INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho é apresentar o protagonismo da mulher Tremembé de outrora para a construção do processo de educação do seu povo na contemporaneidade, considerando, nesse contexto, a conquista do Curso de Pedagogia Magistério Intercultural Tremembé, chancelado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), instituição superior localizada na cidade média de Sobral no estado do Ceará, a 235 quilômetros da capital Fortaleza, curso situado no Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR), um programa nacional do governo federal que é assim, oficialmente:

**PARFOR** é um programa nacional implantado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) em regime de colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com as Instituições de Ensino Superior (IES). O objetivo principal do programa é garantir que os professores em exercício na rede pública de educação básica obtenham a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio da implantação de turmas especiais, exclusivas para os professores em exercício. Os tipos de cursos oferecidos são: i) Primeira licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior; ii) Segunda licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica, há pelo menos três anos, em área distinta da sua formação inicial; e iii) Formação pedagógica – para docentes graduados não licenciados que se encontram em exercício na rede pública da educação básica. (<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>).

Trata-se do plano para formação de estudantes/professores resultante de um demorado processo histórico de debates, que foi deflagrado com a (LDB) instituída em 1996. Como parte de políticas educacionais, até chegar a este formato, o planejamento desta formação tem passado por diversos momentos, conforme se pode ver abaixo:

A partir de 2007, os estados e municípios brasileiros, com a adesão ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaboraram seus Planos de Ações Articulados (PAR), contendo diagnósticos dos sistemas locais e as demandas por formação de professores. Por meio do Decreto nº 6.755, de janeiro de 2009, o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar os Planos Estratégicos da formação inicial e continuada, com base em arranjos educacionais acordados nos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. Cumprindo o Decreto 6.755, o MEC, delegou à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – a responsabilidade pela indução, fomento e avaliação dos cursos no âmbito do (PARFOR). Prevê-se no PARFOR uma oferta superior a 400 mil vagas novas, envolvendo cerca de 150 instituições de educação superior – federais, estaduais, comunitárias e confessionais, nos 25 estados que aderiram à formação inicial, tendo os cursos

iniciado no 2º. Semestre de 2009 e as demais entradas previstas em 2010 e 2011, (<http://www.fev.ed.br/parfor/>).

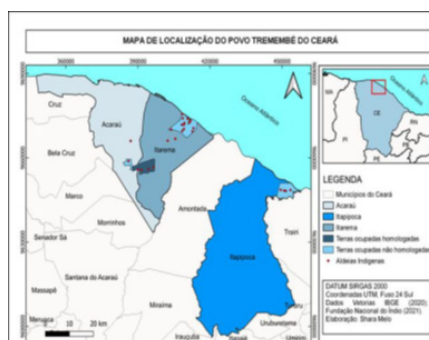
No contexto do Plano, este trabalho tem como foco de estudo o protagonismo da mulher Tremembé, pioneira, desde outrora, partindo do surgimento da ideia e do sonho para, consequentemente, a conquista de uma educação baseada na tradição cultural desse povo originário cearense que ao longo de décadas tem demonstrado resistência e persistência para os enfrentamentos dos desafios cotidianos, para tanto, com muita bravura, vem conseguindo avançar em vários aspectos, entre eles, a conquista efetiva de uma educação com suas singularidades próprias.

Diante de tal propósito, vale salientar que uma das autoras deste trabalho tem vivências com os Tremembé desde 2007, ainda como graduanda do Curso de Pedagogia da instituição supracitada de educação superior, momento que pela primeira vez teve contato com a temática indígena, por ocasião do 3º período da disciplina de Seminário Temático III, entre os dias 20 a 24 de agosto do ano citado, ministrada pelos professores Luzinette Ferreira Mendes e Raimundo Arcanjo, de lá para cá não tem soltado os vínculos com esses indígenas, pelo contrário, tem se intensificado por meio de vivências.

Vivências que ao longo do tempo vem se estreitando mediante formação continuada a nível *stricto sensu* através de pesquisas, publicações, eventos etc. Assim, como a docência, na prática de ser professora no Ensino Médio do povo Tremembé, trilha que se fortifica ao ponto de participar por anos consecutivos de grupos de estudo na (UVA) sobre a temática indígena, e também participar do planejamento inicial na construção do Projeto Pedagógico Curricular (PPC), junto aos Tremembé, aos parceiros e à coordenadora Adriana Campani, do curso Pedagogia Magistério Intercultural Tremembé, tão desejado por eles, intitulado pelos próprios indígenas de Cuiambá, no qual esteve por diversas vezes presente em sala de aula, aula de campo, reuniões pedagógicas, assembleias, apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que teve sua culminância no dia 31 de outubro de 2023, entre outros.

Esse povo originário cearense está situado na Aldeia de Almofala, composta por três municípios, sendo: Acaraú, Itapipoca e Itarema. Esse último se divide em duas regiões, a região da Praia e a região da Mata, somando essas regiões a composição é de quinze (15) comunidades indígenas: Varjota, Corrêgo Preto, Amaro, Tapera, Caboré, Batedeira I, Batedeira II, Praia, Saquinho, Lameirão, Panã, Mangue Alto, Sítio Urubu, Curral do Peixe e Passagem Rasa. A (Figura 1) representação a seguir é da localização dessa aldeia no Ceará.

**Figura 1:** Mapa de localização da Aldeia de Almofala



Fonte: Silva, 2023.



Desse modo, demonstrar a construção do protagonismo de duas mulheres Tremembé de outrora que sonhavam com a ideia de um dia existir em sua comunidade de origem e, conseqüentemente, em sua aldeia uma educação específica de seu povo, pautada na trajetória de luta por educação, e assim vem sendo conquistada e mantendo sua permanência no que os Tremembé hoje afirmam “educação pé no chão”, tendo como suporte as leis brasileiras, que asseguram aos indígenas vários direitos, entre eles, uma educação específica.

Destarte, uma educação centrada nas epistemologias, saberes e fazeres ancestrais, pois eles, mais do que qualquer outro, sabem a trajetória árdua para chegar onde estão, visto que são pioneiros nesse estado no que se refere à educação indígena diferenciada e à educação indígena superior, diga-se de passagem, com muito luta, resistência e autonomia de um povo que sabe o que quer e sabe onde quer chegar em um movimento constante de crescimento para as gerações presentes e vindouras.

Tudo isso que não é pouco, diante de décadas de persistência, e se realiza a partir do pensamento de educação rudimentar surgido de duas mulheres, que mesmo sem escolaridade não abriram mão da ideia de educação com cunho de singularidades de seu povo. Com isso, a luta por educação historicamente tem sido intensa e contínua, pois é um processo complexo e repleto de situações desafiadoras para os indígenas Tremembé, que ora favorecem, ora dificultam a implementação de inovação ao que é diverso e plural.

De acordo com Mendes e Silva (2008), ao passar dos anos, modelos educacionais passariam a ser reivindicados pelos indígenas, dentro de paradigmas de pluralismo cultural e de respeito e valorização de identidades étnicas. Para isso, a escola entre indígenas seria um meio para garantir acesso a conhecimentos gerais, sem precisar negar as especificidades culturais e a identidade daqueles grupos.

Para tanto, os desafios por educação também se juntam à luta pela terra, que se tornaram pilares de resistência no que se denota a muitas conquistas dos Tremembé, como a própria educação vigente, sobretudo com a participação da mulher Tremembé, pois no decorrer do processo de crescimento desse povo passou-se a entender que a educação fortalece a luta e a luta fortalece a educação, sendo assim a bravura da mulher Tremembé tem se tornado uma constante força no caminhar de seu povo para uma educação sonhada, desejada e conquistada pelos indígenas da Aldeia de Almofala, denotando como objetivo maior o fortalecimento da cultura, religiosidade, e costumes ancestrais, para desse maneira se perpetuar nas gerações presentes e futuras.

Dessa forma, as duas mulheres Tremembé com o passar do tempo protagonizaram a caminhada para o ápice do sonho de anos, mediante muitas lutas e determinação junto ao seu povo para a educação tão almejada ser alcançada. Contudo, com o tempo se tornaram para além de professoras das escolas indígenas diferenciadas da comunidade indígena de origem, exemplos para todo seu povo e também para o estado do Ceará, afirmando sua força e resistência nesse processo de conquista pela educação que vem frutificando a cada dia com a presença e ações da mulher Tremembé.

O objetivo do trabalho é analisar como o protagonismo da mulher Tremembé tem relevância para tal conquista e permanência da educação na Aldeia de Almofala, junto ao povo. Com isso busca-se entender como a mulher Tremembé vem construindo seu protagonismo na aldeia e sociedade, sobretudo rompendo com o paradigma de um pensamento abissal moderno que ainda persiste em desconsiderar seus conhecimentos, saberes e práticas, pois, historicamente, a mulher indígena foi considerada um ser humano inferior e subalterno.

Nesse aspecto, Boaventura de Sousa Santos (2007), traz a epistemologia do Sul, para fomentar nossos estudos e pesquisas em várias reflexões e questionamentos diante de vivências pertinentes e diversas que se afirmam na contramão da modernidade ao insistir que o conhecimento é universal e eurocêntrico. No entanto, busca-se entender que o conhecimento não é acumulativo e linear, acabado ou de linguagem universal, mas diverso e repleto de sujeitos sociais.

Nesse cunho, sente-se a necessidade de trazer à tona a força da mulher Tremembé que, em sua construção protagonista, na aldeia (território), sempre contribuiu para o crescimento de seu povo em vários aspectos, como: cultural, espiritual, educacional, político, entre outros. Portanto, neste trabalho a ênfase é para o protagonismo dessa mulher no processo de conquista da educação e no desvelar de seu protagonismo de mulher Tremembé na aldeia e na sociedade.

De acordo com Haesbaert (2004), o território pode ser entendido em três vertentes: política, econômica e cultural. Acredita-se que essa última é a mais forte e que se aproxima do estudo em relevo, pois sobre essa vertente o autor traz a importância da dimensão simbólica do sujeito que entende o território como um produto da apropriação simbólica coletiva. Desse modo, logo, reporta-se ao contexto da aldeia dos Tremembé, em especial no pensamento de quem foi indigenista por muitos anos e conviveu por décadas com esse povo, como é o caso de Leite (2020, p. 147), quando salienta que “a força dos Tremembé é a cultura. É o elo que une todos eles, torna-os insubmissos, invencíveis”.

Esse pensamento se faz muito presente nas falas e práticas da mulher Tremembé, de outrora, pois desde cedo já entendia que os conhecimentos e saberes acontecem na relação entre o conhecimento e a vida cultural na aldeia, através da mediação de experiências ancestrais pautadas na coletividade de seu povo. Como também reconhece a interculturalidade como ponto relevante para a troca de conhecimentos e saberes com outros sujeitos que não são seus parentes.

No viés a essas relações, reporta-se ao pensamento de Walsh (2015) sobre a interculturalidade, enquanto diálogo entre as diversas culturas e saberes, mas para isso, essa pesquisadora chama a atenção que isso só é possível pelo desligamento das estruturas coloniais, principalmente as históricas, enraizadas e construídas sob negação e silenciamentos, que para alguns indivíduos adeptos à modernidade buscam constantemente reproduzi-las em práticas que perpetuam inferioridade e sulbaternidade a outros seres humanos, entre eles, indígena.

Nesse pensar, a mulher Tremembé comunga muito bem, pois na interculturalidade ela se reconstrói e, conseqüentemente o resultado é de mudanças em um diálogo híbrido entre o presente e as possibilidades futuras. Assim, compreende-se que na conotação da interculturalidade existem trocas de culturas e não culturas que se contrapõem. Logo, entende-se que nenhuma é superior à outra, mas todas têm seu valor e deve ser respeitada em suas singularidades e significados próprios.

Além do reconhecimento do direito dos indígenas manterem sua identidade cultural, a Constituição Federal de 1988, garante a eles, no artigo 210 o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, cabendo ao Estado proteger as manifestações das culturas indígenas.



## 2. METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma abordagem qualitativa, utilizamos entrevista realizada em janeiro de 2023 com uma das mulheres deste estudo. Quanto à outra (*in memorian*), fizemos leituras e reflexões em livro, artigos, textos, entre outros. O intuito foi de buscar mais dados sobre seu protagonismo, pois sentiu-se a necessidade de realizar uma roda de conversas com alguns Tremembé para a compreensão da participação e envolvimento dessa mulher no processo educativo da aldeia.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a observação participante, ocorrida no primeiro semestre de 2023, na aldeia e residência da entrevistada, para assim alcançar o objetivo proposto, como também de retomar algumas reflexões das vivências da autora, adquiridas com os Tremembé ao longo do tempo, e da amizade com esse povo. De acordo com Faria (2016), a metodologia participante emerge da base da população, pois essa população é sujeito do processo do início ao fim, com isso, proporcionando-lhe o empoderamento o futuro de sua vida de forma democrática e comunitária.

As observações foram anotadas em diário de campo, através de uma descrição densa (Geertz, 1989), não só de uma das mulheres do estudo, mas dos conhecimentos, das conversas, das reflexões, das ideias expostas pelas leituras e conversas sobre a mulher Tremembé (*in memorian*), como pela fala de alguns Tremembé, entre eles membros de sua família, como o filho Janiel Marquês do Nascimento (professor da escola indígena diferenciada), a irmã Maria de Jesus Marquês do Nascimento (liderança conhecida como Dijê), e o pai (cacique) João Venâncio Marquês do Nascimento, os quais sempre demonstram solicitude com a nossa presença como pesquisadora, nos amparando em qualquer necessidade.

O lócus onde esse trabalho se desenvolveu, caracteriza-se como comunidade indígena pertencente à Aldeia de Almofala, especificamente as duas comunidades, a da Praia e a da Vajorta, as quais são as comunidades de origem dos sujeitos desta pesquisa, inclusive já conhecidas pela autora, e recentemente revisitadas por ocasião das aulas itinerantes do Cuiambá, e também em reuniões pedagógicas, apresentações de TCC, entre outros.

Minayo (2009) destaca que a pesquisa apontada trabalha com o universo dos significados, movimentos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esse aparato de atitudes humanas é compreendido neste trabalho como parte da realidade social dos indígenas Tremembé. Tendo em vista que o ser humano se diferencia de outro não somente por agir, como também por pensar sobre o que realiza e interpreta em suas ações da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Desse modo, esse estudo já faz parte do campo da pesquisa de doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), tendo como órgão de fomento a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Sendo a proposta de pesquisa explanada de maneira oral à turma do Cuiambá, cacique, pajé e lideranças, tendo o consentimento livre de todos/as.

E como suporte teórico e de discussões para alguns estudos, entre eles, este trabalho sobre o protagonismo da mulher Tremembé no processo de luta entre um sonho e a realização da educação na aldeia, a primeira autora deste trabalho conta como membro participante do Laboratório Planejamento e Gestão do Território na Amazônia (DABUKURI), pertencente à Universidade Federal

do Amazonas (UFAM), o qual é coordenado pela Professora Ivani Ferreira de Faria (orientadora da autora no doutorado), pois agrega vários participantes de muitos estados do Brasil com temáticas diversas e significativas para a compreensão do que é ser indígena no Brasil. A segunda é coautora tendo em vista que também conhece há muitos anos o povo Tremembé e já foi professora deles no Ensino Médio, desse modo, enriquece de reflexões o artigo que ora apresentamos.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da ideia e sonho de duas mulheres Tremembé de outrora, na junção de forças e resistência no processo de luta por educação, este povo originário cearense constrói uma trajetória histórica entre sabores e dissabores, porém mergulhado nessa ideia e sonho de fortalecimento para a concretização da chegada e permanência da educação escolar indígena na aldeia Tremembé.

Porém, em destaque, neste trabalho, para a educação indígena superior, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), através do (PARFOR) que assegura ao Curso de Pedagogia Magistério Intercultural Tremembé, nomeado pelos indígenas de Cuiambá, a obtenção da legalidade realizando este feito, ponto exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9.394/96), por meio da implantação de turmas, sejam especiais ou exclusivas para os professores que já exercem a docência há alguns anos, mas por algum motivo não possuem curso superior.

Nesta prerrogativa, o curso citado se compôs por sessenta e seis (66) estudantes/professores Tremembé, os quais demonstraram, em muitas exposições em sala de aula, que têm total propriedade de seus direitos, assim afirmando o que vem sendo desbravado, principalmente através da educação, para a compreensão de que as lutas necessitam de conhecimentos diversos, os quais possibilitam pontos de vistas diferentes, reflexões e reformulações do que está imposto para a elaboração de posicionamentos autônomos e críticos. Ou seja, a epistemologia do Sul, sendo representada pelos tidos subalternos e inferiores.

Frisa-se que a Constituição Federal de 1988, reconhece aos povos indígenas o direito à educação e essa deve ser de qualidade, envolvendo suas formas próprias de organização, seus costumes, suas tradições e seus modos próprios de transmissão de conhecimento, assim sendo fruto de uma evolução e conquistas de direitos ao longo de séculos desde o período colonial. O Parecer 14 apresenta:

Designa o processo pelo qual cada sociedade internaliza em seus membros um modo próprio e particular de ser, garantindo sua sobrevivência e sua reprodução. Diz respeito ao aprendizado de processos e valores de cada grupo, bem como aos padrões de relacionamento social introjetados na vivência cotidiana dos índios com suas comunidades. [...] toda a comunidade é responsável por fazer que as crianças se tornem membros sociais plenos (p. 4).

Porém, é de conhecimento geral que algumas instituições ainda não têm conseguido planejar ações que possibilitem o acesso a esse direito estabelecido nessa Constituição, de acordo com cada especificidade dos povos originários. Nesse sentido, os impactos se tornaram desafiadores no contexto educacional indígena. Por conta da ausência de educação se fez necessário colocar em prática uma luta tão desejada de uma formação de professores, e o (PARFOR) tem sido uma excelente oportunidade para esta conquista.



Em consonância com essa trajetória histórica, é de suma importância reconhecer o protagonismo da mulher Tremembé Maria da Conceição Moura, de 58 anos, pois foi possível perceber em sua comunidade uma grande luta do povo Tremembé pela demarcação da terra e pela educação. No tocante à educação, essa mulher teve um protagonismo primordial para a conquista inicial da educação na aldeia de Almofala, especificamente, na década de 1980, e na comunidade de Vajorta, onde é o seu local de origem e vivências. Assim, foi possível notar seu desejo por uma educação envolvendo as epistemologias, saberes e fazeres do povo Tremembé.

De acordo com sua fala, vários foram os desafios, como a falta de estrutura física, material e até mesmo de aprofundamento do que seria de fato a educação, mas em seu cerne entendia que deveria ser como ela mesma afirma “uma educação Tremembé.” Desse modo, buscava, para os primeiros passos da educação, uma base na ancestralidade, costumes e tradições de seu povo, pois esse entendimento se pautava em muitas histórias contadas pelos mais velhos nomeados de lideranças, e outras vivenciadas por ela mesma.

Para tanto, essa mulher, entendendo a educação como ferramenta positiva para o crescimento de seu povo, seguiu com força para a realização desse sonho, mesmo sabendo que as dificuldades seriam inúmeras diante do entendimento de uma educação fora dos padrões modernos. Segundo a professora Conceição, “foram tempos difíceis que vinham situações de vários lados para impedir nossos primeiros passos para ensinar as crianças da comunidade de Varjota”, destaca que na época a luta era ao mesmo tempo pela terra também, porque eram perseguidos pela empresa Ducoco que desde 1979, chegou na região da Mata, cercou a terra dos indígenas, destruiu sítios, plantações, manguezal etc. Fez uso de meios cruéis para conseguir dominar esse povo e subjugar-lo.

Porém, os indígenas Tremembé, historicamente, sempre demonstraram muita bravura diante do medo e ameaças do colonizador, lutaram bravamente para não perder seu pedaço de chão porque o meio de sobrevivência era a agricultura, então seguiram firmes para plantar e sobreviver com suas famílias, entretanto, mesmo sabendo que não conseguiriam toda a terra, nunca desistiram de lutar.

E concomitantemente à luta por educação, mesmo rudimentar, nessa região continuava tendo a mulher Maria da Conceição Moura, como figura de frente em prol de uma educação peculiar de seu povo e repleta de singularidades culturais, religiosidade como a dança sagrada do Torém, que afirma “na época ainda não sabia dançar como os Tremembé dançam hoje, nem entendia a importância dessa dança para meu povo, mas eu tinha um pouco de noção porque é uma prática da ancestralidade”, então levar adiante essa prática era um caminho repleto de significados. A (Figura 2) representação a seguir retrata essa professora.

**Figura 2:** Prof<sup>ª</sup>. Maria da Conceição Moura

**Fonte:** Silva, 2023.

Logo, reporta-se ao que apregoa a epistemologia do Sul através do pensamento de Sousa Santos (2007), o qual destaca o modelo hegemônico da ciência moderna, que se centra em um conhecimento único e universal de educação, sem permitir reconhecer os conhecimentos diversos e plurais. Com isso, impedindo o surgimento de qualquer mudança, inovação que venha abalar a racionalidade de educação defendida. Mas, os Tremembé sendo um povo historicamente aguerrido, já entendia que enfrentaria muitos desafios abissal e colonial por não abrir mão de uma educação peculiar pensada para seu povo, pois até hoje eles buscam constantemente romper com estruturas de paradigmas colonizadores.

Já para Brandão (1981), a educação acontece em todos os lugares pelos quais as pessoas circulam. Dessa forma, entende-se que, independe se é na escola, aldeia, comunidade, igreja etc., esse modo de pensar sobre a educação vem de encontro com o protagonismo de educação vivido por essa mulher Tremembé, que buscou não “só” na cultura de seu povo a base de sustentação para uma educação contextualizada com seus costumes, artes e tradições, mas também na interculturalidade com seus parentes e os não parentes. Desse modo, compreende-se na ótica de Walsh (2015), que a conotação de interculturalidade se dá no diálogo entre as culturas e saberes.

Já nas leituras sobre as vivências da mulher Tremembé Raimunda Marquês do Nascimento e em rodas de conversas com os Tremembé, descobriu-se que, na década de 1990, essa mulher teve um papel significativo para a educação inicial do seu povo, na comunidade da Praia, pois mesmo sem ser escolarizada, assim como a mulher Tremembé Maria da Conceição Moura, a Raimunda (mais conhecida como Raimundinha) também sonhou com uma educação peculiar de seu povo e para as gerações futuras porque acreditava que a educação também era um elemento de luta e resistência para a autonomia do povo Tremembé. A (Figura 3) ilustração a seguir revela essa professora.

**Figura 3:** Prof<sup>ª</sup>. Raimunda Marquês do Nascimento



**Fonte:** Silva, 2008.

Então, Raimunda Marquês do Nascimento, com idade muito jovem parte para a luta mesmo sem possuir escolarização completa e sem ter estrutura física adequada na aldeia, no entanto, tinha uma vontade e bravura de instrumentalizar as crianças, os jovens e a todos que por ali quisessem se aproximar, pois entendia que a educação deveria ser peculiar de seu povo, sendo capaz de contextualizar com a cultura, os costumes, a língua, a arte, a dança sagrada do Torém, os conhecimentos ancestrais, entre outros.

A educação era tão desejada por ela, que não media esforços para ensinar, usava gravetos como giz e o chão como quadro-negro para escrever e explicar o que entendia ser de grande importância para a conscientização de quem deveria aprender desde pequeno o que de fato é “ser um Tremembé”, com isso seguiu afirmando de onde veio e para onde deveria seguir com base coletiva firmemente em seu modo de pensar, agir e manifestar seus costumes e tradições. Esse pensamento basilar dessa professora foi primordial na época e continua sendo para o crescimento do povo Tremembé até os dias atuais, pois tanto na formação dos estudantes da educação indígena nas escolas indígenas diferenciadas, como na educação indígena superior, vem sendo seguido como elemento libertador e fortalecedor desse povo originário cearense.

Desse modo, reporta-se ao pensamento de Freire (1967), ao apregoar a educação libertadora, sendo aquela que oportuniza o estudante a fazer a leitura de mundo para nele transformá-lo em favor de sua própria liberdade, seja de pensar, criar e recriar seu pensamento e ação para uma vida plena de significados principalmente no sentido coletivo, pois é necessário estar com o mundo e não “somente” estar no mundo. Compreende-se que tanto Maria da Conceição Moura quanto Raimunda Marquês do Nascimento, quiçá, desconhecedoras do pensamento desse autor mas, na prática já bebiam na fonte de uma educação libertadora.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões esperadas com esta temática oportunizaram compreender que a construção do protagonismo da mulher Tremembé de outrora na educação da aldeia de Almofala não foi nada

fácil, pois ao se falar em educação com a participação dessa mulher, acredita-se que em seu protagonismo teve que passar por grandes desafios de cunho abissal, entretanto, não a fez desanimar da luta por um sonho de educação específica de seu povo e relevante para a autonomia dos Tremembé, principalmente para o fortalecimento das gerações do presente e futuro.

Nessa tangente, a conquista do Curso Pedagogia Magistério Intercultural Tremembé, também conhecido como Cuiambá, via (PARFOR), passou a ser considerado mais um motivo fortemente de existência e resistência para que jamais o povo originário Tremembé volte a uma situação de ausência de educação como em tempos outrora.

Tendo em vista as professoras Maria da Conceição Moura e Raimunda Marquês do Nascimento, a primeira, originária da região da Mata, continua firme e ativa como professora em sua caminhada pela educação na comunidade da Vajorta. Dessa maneira, reconhece seu protagonismo com muito “orgulho”, pois ao se lembrar do sonho, luta e conquista, sabe da importância de ter dado o ponta pé inicial de educação nessa comunidade, com isso afirma a alegria de hoje vendo muitos de seus estudantes de outrora, já graduado/as e sendo professor/as das escolas indígenas diferenciadas e também do Cuiambá na Aldeia de Almofala.

A segunda, originária da região da Praia, não vive fisicamente entre os Tremembé, mas espiritualmente vive, pois pela importância de seu protagonismo na comunidade da Praia, jamais foi e será esquecida porque sua bravura até hoje é um grande feito afirmado pelo povo Tremembé, reconhecendo que essa professora passou também por muitas dificuldades, mas isso a fez mais forte, principalmente ao viver confirmando que “a educação fortalece a luta, e a luta fortalece a educação”.

Portanto, tanto os pensamentos e ações dessas professoras culminaram para o sonho, a luta e a conquista de educação não só na comunidade da Praia e na comunidade da Varjota, mas para o fortalecimento de toda a Aldeia de Almofala. Enfim, essas mulheres Tremembé são realmente protagonistas da educação de seu povo, situação de muito agrado, reconhecimento e agradecimento, pois o fruto deste processo vem sendo colhido e replantado para futuras colheitas em um movimento constante de educação Tremembé.

## 5. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 198.

BRASIL/MEC. Sobre a CAPES. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica> Brasília, 19 de setembro de 2020.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL/MEC. Organização Luís Donisete Benzi Grupione. **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena**. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 2001.

BRASIL. **Parecer 14/99**. Brasília: CNE, 1999.



FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Metodologias participantes e conhecimento indígena: uma proposta intercultural para a autonomia**. CES, 2016.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

LEITE, Amélia. **Os Tremembé no Ceará: Tradição e Resistência** (Orgs.). Fortaleza: Secult/Ce, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, 1994.

MENDES, Maria Luzinette F. & SILVA, Maria do Socorro Sousa e. **Educação Escolar Indígena e Formação de professores Tremembé: “algumas aproximações”**. In: Encontro Cearense de Historiadores da Educação, VII, Barbalha – CE. Fortaleza: Edições UFC, 27 a 31 de maio de 2008. Disponível em CD.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

WALSH, Catherine. **Pedagogias Decoloniais: práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)viver**. Série Pensamiento Decolonial. Editora Abya-Yala, 2015.

### Como citar – ABNT

SILVA, Maria do Socorro Sousa e; SOUSA, Anna Vivianne Silva de. O Protagonismo da mulher Tremembé de outrora para o advento do Cuiambá na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) de Sobral/CE. **Revista Poiesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 22, e2024030, Dezembro, 2024. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74831>

### Como citar – APA

Silva, M. do S. S. e., & Sousa, A. V. S. de. (2024). O Protagonismo da mulher Tremembé de outrora para o advento do Cuiambá na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) de Sobral/CE. *Revista Poiesis Pedagógica*, 22, e2024030. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74831>

---

## Apêndice – Informações sobre o artigo

---

### Histórico editorial

**Submetido:** 14 de outubro de 2024.

**Aprovado:** 29 de novembro de 2024.

**Publicado:** 27 de dezembro de 2024.

---

### Conflito de interesse

Nada a declarar.

---

### Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

---

### Contribuição dos autores

**Resumo/Abstract/Resumen:** Maria do Socorro Sousa e Silva, Anna Vivianne Silva de Sousa; **Introdução ou Considerações iniciais:** Maria do Socorro Sousa e Silva, Anna Vivianne Silva de Sousa; **Referencial teórico:** Maria do Socorro Sousa e Silva, Anna Vivianne Silva de Sousa; **Metodologia:** Maria do Socorro Sousa e Silva, Anna Vivianne Silva de Sousa; **Análise de dados:** Maria do Socorro Sousa e Silva, Anna Vivianne Silva de Sousa; **Discussão dos resultados:** Maria do Socorro Sousa e Silva, Anna Vivianne Silva de Sousa; **Conclusão ou Considerações finais:** Maria do Socorro Sousa e Silva, Anna Vivianne Silva de Sousa; **Referências:** Maria do Socorro Sousa e Silva, Anna Vivianne Silva de Sousa; **Revisão do manuscrito:** Maria do Socorro Sousa e Silva, Anna Vivianne Silva de Sousa; **Aprovação da versão final publicada:** Maria do Socorro Sousa e Silva, Anna Vivianne Silva de Sousa.

---

#### Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poiesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poiesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

#### Open Access

Este artigo é de acesso aberto (**Open Access**) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (**Article Processing Charges – APCs**). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



#### Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.



#### Verificação de Similaridade

Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço **Similarity Check** da Crossref.



#### Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (**Double blind peer review**).

#### Editora

Cláudia Tavares do Amaral

#### Fomento

O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.



#### Publisher

Este artigo foi Publicado na **Revista Poiesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão – UFCAT**. A Revista Poiesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poiesis Pedagógica obteve **Qualis B1**.

